



Poder Legislativo
Assembleia do Estado do Amazonas
Comissão Especial

PARECER

VETO Nº 30/2023

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORA: DEPUTADA ALESSANDRA CAMPÊLO

VETO PARCIAL incidente sobre o § 3.º do artigo 1.º e o artigo 3.º do Projeto de Lei n. 529/2021, da Deputada Dra. Mayara, que “INCLUI todo procedimento cirúrgico, solicitação de consultas e exames destinados a pacientes diagnosticados com descolamento de retina na fila de Urgência do Sistema Nacional de Regulação – (SISREG).”

1. RELATÓRIO

No dia 22 de setembro de 2023, o Excelentíssimo Governador do Amazonas Wilson Lima encaminhou, por meio da Mensagem Governamental nº 90/2023, o veto parcial ao Projeto de Lei Ordinária de nº 529/2021, que " Inclui todo procedimento cirúrgico, solicitação de consultas e exames destinados a pacientes diagnosticados com descolamento de retina na fila de Urgência do Sistema Nacional de Regulação - SISREG, e dá outras providências. " de autoria da Deputada Dra. Mayara Pinheiro. Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a esta Comissão Especial composta pelos Deputados ALESSANDRA CAMPÊLO (Relatora), CARLINHOS BESSA, FELIPE SOUZA, DR. GOMES e DELEGADO PÉRICLES, para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no Art. 51, alínea “b”, do Regimento Interno.

É o breve relatório.

Passo a opinar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A proposta de lei de iniciativa da nobre Deputada Dra. Mayara Pinheiro visa assegurar a concessão de prioridade no Sistema Nacional de Regulação (SISREG) às pessoas diagnosticadas com descolamento de retina.

O Poder Executivo aponta que o § 3.º do artigo 1.º e o artigo 3.º da proposta padece de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, vejamos:

Art. 1º. Fica assegurada, no Estado do Amazonas, a concessão de prioridade no Sistema Nacional de Regulação (SISREG) às pessoas diagnosticadas com descolamento de retina.





Poder Legislativo
Assembleia do Estado do Amazonas
Comissão Especial

§1.º Para efeito desta Lei, considera-se urgente, todo procedimento cirúrgico, ou solicitação de consultas e exames, destinados às pessoas com descolamento de retina.

§2.º A solicitação de consultas e/ou exames de que trata parágrafo primeiro deverá ocorrer dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

§3.º A cirurgia de que trata o parágrafo primeiro deverá ocorrer dentro do prazo de 30 (trinta) dias. (grifo nosso)

Art. 3º. Compete ao Poder Executivo do Estado, regulamentar a aplicação desta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias. (grifo nosso)

Após análise, de fato a proposta padece de vício de inconstitucionalidade uma vez que pretendem fixar prazo para a realização do procedimento cirúrgico, assim como estabelecer competência para a regulamentação da Lei. Assim sendo, não estando em simetria com o artigo 61, § 1.º, inciso II, da Constituição da República, e no artigo 33, § 1.º, inciso II, alíneas “b” e “e” da Constituição Estadual

Verifica-se, ainda, que o projeto não consta estimativa de impacto orçamentário, requisitos necessários para a apreciação da matéria em análise, conforme o que é dito no art. 167, § 7.º, da Constituição da República, as leis não podem criar e nem transferir encargos financeiros advindos da prestação de serviços públicos sem a previsão de fonte orçamentária e financeira necessária. A proposta ainda afronta os artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelecem que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

Sendo assim, o veto parcial deve ser mantido uma vez que os artigos e parágrafo supramencionado da proposta de lei possui elementos suficientes que comprovam sua inconstitucionalidade.

3. VOTO





**Poder Legislativo
Assembleia do Estado do Amazonas
Comissão Especial**

Em face do exposto, considerando que a presente proposição eiva de vícios de inconstitucionalidade, esta Comissão Especial, manifesta VOTO FAVORÁVEL a manutenção do VETO PARCIAL nº 30/2023 ao Projeto de Lei nº 529/2021.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus/AM, 25 de outubro de 2023.

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]

ALESSANDRA CAMPÊLO
DEPUTADA ESTADUAL – PSC
RELATORA





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

PERICLES RODRIGUES DO NASCIMENTO - DEPUTADO(A) - EM 25/10/2023 11:07:47
LUIS FELIPE SILVA DE SOUZA - DEPUTADO(A) - EM 25/10/2023 11:06:07
CARLOS EDUARDO BESSA DE SA - DEPUTADO(A) - EM 25/10/2023 11:00:28
ALESSANDRA CAMPELO DA SILVA - DEPUTADO(A) - EM 25/10/2023 10:23:01

